

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ETAU atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A ETAU atua na região Sul e responde por 0,197% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a ETAU detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 02 subestações (SE Lagoa Vermelha 2 e SE Barra Grande) e acesso a outras duas: SE Campos Novos e SE Santa Marta, com 188 km de linha de transmissão, nas tensões entre 230kV, conforme quadro a seguir:

Subestações e Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Trans-form. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Subestações						
Lagoa Vermelha	n/a	230	n/a	300	17/04/2005	18/12/2032
Santa Marta (*)	n/a	230	n/a	n/a	17/04/2005	-
Campos Novos (*)	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	-
Barra Grande	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Linhas de transmissão						
Lagoa Vermelha 2 - Santa Marta - C1	Simplex	230	96	n/a	17/04/2005	18/12/2032
Campos Novos - Barra Grande - C1	Simplex	230	34	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Barra Grande - Lagoa Vermelha 2 - C1	Simplex	230	58	n/a	24/07/2005	18/12/2032

(*) Subestações de terceiros acessadas pela Etau.

Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ETAU	50.913	Jul/20	Junho	IGP-M

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.565 de 25 de junho de 2019.

Considerando a linha em operação, a RAP esperada é de R\$40.052 para 2020 (redução de 20,06% em relação a 2019) e de R\$29.190 para 2021 à 2024 (redução de 41,74% em relação a 2019) , conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	2018 (*)	2019 (*)	2020	2021	2022	2023	2024
ETAU	47.147	50.102	40.052	29.190	29.190	29.190	29.190

(*) RAP realizada.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Desempenho Financeiro regulatório- R\$ mil	2019	2018
Receita operacional líquida	45.688	43.230
EBITDA	38.788	36.839
Margem EBITDA	84,90%	85,22%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	21.039	20.080
Depreciação e amortização	4.599	4.275
Resultado financeiro	2.341	2.168
Imposto de renda e contribuição social	10.809	10.316
EBITDA	38.788	36.839

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	5.849	14.644
Não circulante	11.621	17.155
Dívida bruta	17.470	31.799
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	(9.661)	(12.949)
(=) Dívida líquida	7.809	18.850
Dívida líquida/EBITDA	0,20	0,51

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, que é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade da linha de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2019 o resultado de 100% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo valor de R\$107 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ no 05.063.249/0001-60

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos			
Ativos circulantes			
Equivalentes de caixa	4	1.487	66
Títulos e valores mobiliários	5	8.174	12.883
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	4.488	5.003
Impostos e contribuições sociais		85	78
Outras contas a receber		206	319
Total dos Ativos Circulantes		14.440	18.349
Ativos Não Circulantes			
Depósitos judiciais		287	414
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	264	264
Impostos e contribuições sociais		-	25
Outras contas a receber		102	70
Imobilizado	7	105.871	109.849
Intangível	7	1.885	1.845
Total dos ativos não circulantes		108.409	112.467
Total dos ativos		122.849	130.816
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores		1.373	2.103
Empréstimos e financiamentos	10	5.849	4.609
Debêntures	10	-	10.035
Impostos e contribuições sociais		5.219	5.291
Taxas regulamentares		1.759	1.632
Dividendos a pagar	9	132	176
Outras contas a pagar		340	871
Total dos passivos circulantes		14.672	24.717
Passivos não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	10	11.621	17.155
Impostos e contribuições diferidos	8	15.203	10.728
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	364	552
Obrigações especiais	7	3.273	3.273
Outras contas a pagar		896	1.019
Total dos passivos não circulantes		31.357	32.727
Patrimônio Líquido			
Capital social		34.895	34.895
Reserva de lucros		34.895	34.895
Dividendos adicionais propostos		13.073	17.459
(Prejuízos) acumulados		(6.043)	(13.877)
Total do patrimônio líquido	13	76.820	73.372
Total dos passivos e do patrimônio líquido		122.849	130.816

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ no 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão		50.102	47.147
Parcela variável		(326)	(233)
Receita bruta		<u>49.776</u>	<u>46.914</u>
PIS e COFINS Corrente		(2.035)	(1.875)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(2.053)	(1.809)
Tributos e encargos		<u>(4.088)</u>	<u>(3.684)</u>
Receita Operacional Líquida	17	<u>45.688</u>	<u>43.230</u>
Pessoal	14	(23)	-
Material		(32)	(65)
Serviços de terceiros		(5.662)	(5.049)
Depreciação e amortização		(4.597)	(4.274)
Outros custos operacionais, líquidos de reembolsos		128	191
Custos operacionais		<u>(10.186)</u>	<u>(9.197)</u>
Pessoal	14	(95)	(82)
Serviços de terceiros		(1.158)	(1.219)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas operacionais líquidas		(59)	(167)
Despesas operacionais		<u>(1.313)</u>	<u>(1.469)</u>
Resultado da atividade		<u>34.189</u>	<u>32.564</u>
Receitas financeiras		594	723
Despesas financeiras		(2.935)	(2.891)
Despesas financeiras líquidas	18	<u>(2.341)</u>	<u>(2.168)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>31.848</u>	<u>30.396</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(6.334)	(6.499)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(4.475)	(3.817)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	<u>(10.809)</u>	<u>(10.316)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>21.039</u>	<u>20.080</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)		<u>0,60292</u>	<u>0,57543</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ no 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de
2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>21.039</u>	<u>20.080</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>21.039</u>	<u>20.080</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reservas de lucros		Divid. Adic. Propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13	<u>34.895</u>	<u>6.979</u>	<u>27.916</u>	<u>14.523</u>	<u>(16.322)</u>	<u>67.991</u>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(14.523)	-	(14.523)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.080	20.080
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(176)	(176)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	17.459	(17.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	<u>34.895</u>	<u>6.979</u>	<u>27.916</u>	<u>17.459</u>	<u>(13.877)</u>	<u>73.372</u>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(17.459)	-	(17.459)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.039	21.039
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(132)	(132)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	13.073	(13.073)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13	<u>34.895</u>	<u>6.979</u>	<u>27.916</u>	<u>13.073</u>	<u>(6.043)</u>	<u>76.820</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		21.039	20.080
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	4.598	4.275
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	(48)	40
Juros e variações monetárias líquidas - Empréstimos e financiamentos	10	1.841	1.606
Juros e variações monetárias líquidas - Debêntures	10	613	700
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	10.809	10.316
Receitas Financeiras	18	(594)	(723)
Provisões - Custo de Construção		-	-
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) nas contas a receber de concessionárias e permissionárias		515	(583)
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(247)	(276)
Redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		208	32
Aumento (redução) nos fornecedores		(730)	1.356
Aumento nas taxas regulamentares		127	237
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		(793)	785
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>37.338</u>	<u>37.845</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(6.142)</u>	<u>(5.155)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>31.196</u>	<u>32.690</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		5.303	(8.138)
Redução (aumento) nos depósitos vinculados		-	4.157
Adições/baixas no imobilizado e intangível	7	<u>(660)</u>	<u>(8.877)</u>
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos		<u>4.643</u>	<u>(12.858)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Captação de novos empréstimos	10	-	10.273
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(4.526)	(4.971)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.609)	(1.204)
Pagamento de debêntures – principal	10	(10.000)	-
Pagamento de debêntures – juros	10	(648)	(688)
Dividendos pagos	9	<u>(17.635)</u>	<u>(26.061)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(34.418)</u>	<u>(22.651)</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>1.421</u>	<u>(2.819)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa		66	2.885
Saldo final de equivalentes de caixa		<u>1.487</u>	<u>66</u>
(Redução) líquida nos equivalentes de caixa		<u>1.421</u>	<u>(2.819)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 23 de junho de 2020.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Obrigações especiais

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados à obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

3.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas.

3.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - os empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - os outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado através de método de juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - São classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

3.7. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.10. Normas e interpretações novas e revisadas

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 25 de março de 2020.

Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis Regulatórias, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatória da Companhia.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	1.487	66

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista, operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha- Ativo Circulante	8.174	12.883
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,08% do CDI	102,65% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2019	31/12/2018
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.313	47	13	17	362	4.752	5.267
Circulante						4.488	5.003
Não circulante						264	264

	2019	2018
Concessionários e Permissionários	4.752	5.267
Circulante	4.488	5.003
Não circulante	264	264

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$264, refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.
- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018		
Resolução nº 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Resolução nº 2.408 de 28/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
50.913	(1.578)	49.335	48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Reclassificação (B)	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas (A) + (B)	Depreciação acumulada	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
<u>Transmissão</u>									
Terrenos	-	1.507	-	-	1.507	-	-	1.507	1.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,35%	1.699	-	-	1.699	-	(612)	1.087	1.144
Máquinas e equipamentos	3,09%	147.075	-	-	147.075	-	(51.401)	95.674	100.216
Móveis e utensílios	-	2	-	-	2	-	(1)	1	-
	-	150.283	-	-	150.283	-	(52.014)	98.269	102.867
Ativo Imobilizado em Curso									
<u>Transmissão</u>									
Máquinas e equipamentos	-	1.962	620	3	2.585	623	-	2.585	1.962
Terrenos	-	690	-	-	690	-	-	690	690
Adiantamento a fornecedores (*)	-	276	-	-	276	-	-	276	276
Móveis e utensílios	-	9	-	(3)	6	(3)	-	6	9
Material em depósito	-	4.045	-	-	4.045	-	-	4.045	4.045
	-	6.982	620	-	7.602	620	-	7.602	6.982
Total do Ativo Imobilizado		157.265	620	-	157.885	620	(52.014)	105.871	109.849

(*) Adiantamentos (compensações) a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica. No exercício de 2019 ocorreram compensações de adiantamentos a fornecedores realizados em exercícios anteriores.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições (A)	Valor Bruto em 2019	Amortização	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Intangível em Serviço						
<u>Transmissão</u>						
Servidões	922	-	922	-	922	922
Softwares	3	-	3	(3)	-	-
<u>Administração</u>						
Softwares	5	-	5	(2)	3	3
	930	-	930	(5)	925	925
Ativo Intangível em Curso						
Outros intangíveis em curso	920	40	960	-	960	920
Total do Ativo Intangível	1.850	40	1.890	(5)	1.885	1.845

	Taxas anuais médias de depreciação	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado e intangível					
Em serviço - Transmissão					
Custo histórico	3,04%	151.213	-52.019	99.194	103.792
Em curso - Transmissão					
Custo histórico	-	8.562	-	8.562	7.902
Total do imobilizado e intangível	-	159.775	(52.019)	107.756	111.694

Obrigações especiais (Passivo)	Valor Bruto em 2018	Valor Bruto em 2019	Amortização acumulada	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Obrigações especiais	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)
Total	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	620	-	620
Imobilizado em curso	620	-	620
Intangível em curso (*)	-	40	40
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	620	40	660

(*) Processos de faixa de servidão ainda não julgados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – ativo	821	929
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo	(16.024)	(11.657)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL – passivo	<u>(15.203)</u>	<u>(10.728)</u>

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2020	2021	2022	TOTAL
Diferenças temporárias	355	233	233	821

9. PARTES RELACIONADAS

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes

Transações com empresas ligadas

1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal	Não houve.
---	--------------------------------------------------------------------	----------------------	-------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	OCR x Reembolso de custos de CCI - STC	13	6	75	68

b) Passivos e despesas

REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
-----	------------------------------------------------------------	----------------	-------------------------------	--------------------------------------	----------------------------------------------	-------------------------------

Transações com Controladores

1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento, na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Foi celebrado acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23 de janeiro de 2018. o presente acordo teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Contrato encerrado em 04/04/2018.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3	OCP x - reembolso de despesas e outros - Taesa	R\$14	N/A	N/A	N/A	Houve uma emergência na ETAU, onde ocorreu queda de torres, e a TAESA cedeu mão de obra e recursos necessário para realização da manutenção, gerando um reembolso ETAU X Taesa.
4	OCP x Serviço de terceiros - O&M - CEEE GT	R\$208 Valor mensal	23/06/2019 a 23/06/2021	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	O serviço de transmissão de dados esta incluso.
5	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização - CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial, decretada ou homologada, de qualquer das partes.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou à terceiros, decorrente de culpa e dolo comprovados na execução das atividades inerentes ao contrato.
6	OCP x Serviço de terceiros - Reembolso de custos e outros Serviços de engenharia - CEEE GT	N/A	Janeiro e fevereiro de 2018	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não Houve.	Serviço de engenharia não previstos e reembolso de custos.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
Transações com empresas ligadas						
8	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M/Junho	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL.	Com a venda da participação da Eletrobrás na Etau, ficou acordado entre as partes contratadas que o contrato vencido em 23/06/2018 não seria renovado e que a prestação de serviços seria encerrada após a conclusão do processo de transferência das ações. O serviço foi prestado até 30/09/2019.
9	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia - Eletrosul	R\$ 5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
10	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$ 2 Valor mensal	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Não houve.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) – Eletrosul x ETAU	R\$ 8 Valor anual contratual não corrigido	04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve.	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, o presente contrato CCI permanecerá em vigor.
12	OCP x - reembolso de despesas e outros - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1	Back office - Taesa	76	69	899	837
2	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores - Taesa	-	368	-	781
3	Reembolso de despesa e outros serviços – Taesa	29	14	-	-
4	Transmissão de dados - CEEE GT	-	19	235	199
4	O&M - CEEE GT	-	209	2.892	2.678
5	Serviço de fiscalização - Montagem Eletromecânica SE LV - CEEE GT	-	-	-	755
6	Reembolso de custos e outros serviços de engenharia - CEEE GT	-	-	65	53
7	Taxa de conservação (CCI) - CEEE GT	-	-	-	20
8	O&M – Eletrosul (*)	-	373	-	849
9	Comunicação multimídia – Eletrosul (*)	-	10	-	121
10	Aluguel de imóvel – Eletrosul (*)	-	2	-	14
11	Contrato de CCI – Eletrosul (*)	-	-	-	17
12	Reembolso de despesa – Eletrosul (*)	-	-	-	5
		105	1.064	4.091	6.329

(*) A Taesa e a DME adquiriram a participação da Eletrobrás na ETAU em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa 14), desta forma a Eletrosul deixou de ser uma empresa ligada à ETAU.

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	Outras Movimentações (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	92	(13.335)	13.303	40	100
Dividendos a pagar à Eletrobrás	48	-	-	(48)	-
Dividendos a pagar à DME	18	(2.536)	2.529	8	19
Dividendos a pagar à CEEE – GT	18	(1.764)	1.759	-	13
	176	(17.635)	17.591	-	132

(*) A Taesa e a DME adquiriram a participação da Eletrobrás na ETAU em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa 14), desta forma a Eletrosul deixou de ser uma empresa ligada à ETAU.

Pagamento de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Obrigatórios e Adicionais	2018	30/04/2019	AGO	26/06/2019	17.635	0,50534
					17.635	

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2019	2018
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado – Diretoria	2019	2018
Remuneração	29	184

Em 01 de março de 2019, o Diretor técnico Sr. Nelson Gravino, renunciou ao cargo que permaneceu vago até 28 de novembro de 2019 quando o Sr. Marcelo Dias Loichate assumiu o cargo.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Abertura do endividamento

10.1 Empréstimos e financiamentos

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	13
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	13
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	20
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	20
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	36

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo Total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto Juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
<u>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</u>									
Finame - Alstom	-	76	7	83	15/01/20	Mensal	15/01/20	Mensal	SAC
Finame - Toshiba	4	896	74	974	15/01/20	Mensal	15/01/20	Mensal	SAC
BNDES-Automático - URTJLP	13	1.839	1.226	3.078	15/01/20	Trimestral	15/01/20	Mensal	SAC
BNDES-Automático - SELIC	4	1.768	1.184	2.956	15/01/20	Trimestral	15/01/20	Mensal	SAC
BNDES-Giro - TLP	107	1.142	9.130	10.379	15/01/20	Trimestral	15/09/20	Mensal	SAC
Total	128	5.721	11.621	17.470					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	2021	2022	2023	Total
<u>Financiamento / Empréstimo - Moeda Nacional</u>				
BNDES Finame	81	-	-	81
BNDES Automático	2.409	-	-	2.409
BNDES Giro	3.424	3.424	2.283	9.131
Total das dívidas	5.914	3.424	2.283	11.621

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2018	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019
BNDES - Automático (a)	9.353	808	(573)	(3.554)	6.034
BNDES - Finame Alston (a)	160	10	(11)	(76)	83
BNDES - Finame Toshiba (a)	1.872	130	(132)	(896)	974
BNDES -Giro	10.379	893	(893)		10.379
Total	21.764	1.841	(1.609)	(4.526)	17.470
Circulante	4.609				5.849
Não circulante	17.155				11.621

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2021	2022	2023	Não circulante	Total
TLP	1.248	3.424	3.424	2.283	9.131	10.379
URTJ	1.852	1.226	-	-	1.226	3.078
SELIC	1.773	1.183	-	-	1.183	2.956
Taxa Fixa	976	81	-	-	81	1.057
Total	5.849	5.914	3.424	2.283	11.621	17.470

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a "dívida líquida" e "EBITDA" deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o "índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD" deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias	Financiadores			
	BNDES - Automático	BNDES - FI NAME ALSTON	BNDES - FI NAME TOSHIBA	BNDES – GIRO
Fiança Corporativa	X	X	X	X

10.2 Debêntures

Financiador	Movimentação de debêntures				
	31/12/2018	Juros e custos de captação (*)	Amortização do Principal	Juros pagos	31/12/2019
BNP Paribas -1ª emissão	10.035	613	(10.000)	(648)	-
Circulante	10.035				-
Não circulante	-				-

(*) A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$16 em 31 de dezembro de 2019 (R\$16 em 31 de dezembro de 2018).

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último em 29 de novembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

Em 29 de novembro de 2019 foi realizada a liquidação da Debêntures no valor total de R\$ 10.000.

10.3 Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários	31/12/2019	31/12/2018
- Equivalentes de caixa - Bancos	1.487	66
- Títulos e valores mobiliários	8.174	12.883
	9.661	12.949

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2019				Total 2018
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
Dívida Bruta					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	128	5.721	11.621	17.470	31.799
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	-	(9.661)	-	(9.661)	(12.949)
Dívida Líquida				7.809	18.850

11. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$74.

	31/12/2018	Adições	Baixa	Reversões	31/12/2019
Provisões para Riscos Cíveis	334	18	(139)	(97)	116
Provisões para Riscos Trabalhistas	218	30	-	-	248
	552	48	(139)	(97)	364

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$35, sendo R\$ 15 referentes a contingências cíveis e R\$20 a contingências tributárias, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em 31 de Dezembro de 2018 o montante era de R\$132, sendo R\$ 46 de cíveis e R\$86 tributárias.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.334)	(6.499)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.475)	(3.817)
	(10.809)	(10.316)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis n.º 11.638/07, n.º 11.941/09 e n.º 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2019	2018
Lucro antes dos impostos	31.848	30.396
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(10.828)	(10.335)
Outros	19	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(10.809)	(10.316)
Alíquota efetiva	34%	34%

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 (trinta e quatro milhões oitocentas e noventa e cinco mil trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição acionária (*)	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	26.387.488	75,6189	18.349.309	52,5838
Eletrobrás	-	-	9.566.983	27,4162
DME	5.018.340	14,3811	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000	34.895.364	100,0000

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

A Taesa e a DME se sagraram vencedoras do lote N do Leilão Eletrobrás nº 01/2018 no qual foi adquirida a participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU, na proporção de 23,0355% para a Taesa e 4,3807% para DME, que optaram por exercer seu direito de preferência, na forma do acordo de acionistas da ETAU, sobre a integralidade da participação acionária detida pela Eletrobrás.

Em 29 de abril de 2019 a Taesa e a DME concluíram as aquisições da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") na ETAU. Desta forma, a Taesa passou a ser titular de 75,6189% e a DME 14,3811% do capital social total e votante da ETAU.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do resultado do exercício	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro líquido do exercício -societário	13.205	17.635
Dividendos obrigatórios (1%)	(132)	(176)
Dividendos adicionais propostos	(13.073)	(17.459)

(*) Ratificada pelo AGO de 30 de abril de 2019.

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2019	2018
Remuneração direta	(55)	(46)
Benefícios	(15)	(20)
FGTS e INSS	(48)	(16)
Pessoal	(118)	(82)
Remuneração direta	(29)	(184)
Administradores	(147)	(266)

Administradores: não há remuneração para o Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2019, os diretores receberam o montante de R\$29 (R\$184 em 31 de dezembro de 2018), contabilizados no grupo despesas de "Serviços de terceiros".

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/2019 a 19/09/2020	10.000	-	2
Risco operacional	Mapfre Seguros	02/12/2019 a 01/06/2021	-	14.680	21
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/2019 a 18/09/2020	15.000	-	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
- Bancos	1.487	66
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	8.174	12.883
Empréstimos e recebíveis		
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.752	5.267
	14.413	18.216
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.373	2.103
- Empréstimos e financiamentos	17.470	21.764
- Debêntures	-	10.035
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	896	1.019
	19.739	34.921

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI/SELIC (a)	5,94%	2,25%
URTJ (b)	5,57%	4,94%

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 12 de junho de 2020 – Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no “site” do BNDES, obtida no dia 12 de junho de 2020 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito provável no LAIR – janeiro a dezembro de 2020 - aumento (redução)
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários	8.174	(302)
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos e debêntures		
- TJLP	3.078	19
- CDI/SELIC	2.956	109
		(174)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de “rating”, índice de Basiléia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, o ativo de contrato de concessão e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	335	935	3.964	13.187	18.421
Pré-fixada	89	176	762	82	1.109
Total	424	1.111	4.726	13.269	19.530

16.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. O objetivo da Companhia é administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores,

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

16.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do
Títulos e valores mobiliários	5	8.174	12.883	Nível 2

17. RECEITA LÍQUIDA

	2019	2018
Disponibilização do sistema de transmissão	50.102	47.147
Parcela variável (a)	(326)	(233)
Receita bruta	49.776	46.914
PIS e COFINS Correntes	(2.035)	(1.875)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(2.053)	(1.809)
Tributos e encargos	(4.088)	(3.684)
Receita líquida	45.688	43.230

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Renda de aplicação financeira	594	723
Receitas financeiras	594	723
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.598)	(1.250)
- Variação monetária	(243)	(356)
	(1.841)	(1.606)
Debêntures		
- Juros incorridos	(613)	(700)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(2.454)	(2.306)
Outras despesas financeiras, líquidas	(481)	(585)
Despesas Financeiras	(2.935)	(2.891)
	(2.341)	(2.168)

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos – A Companhia contratou a CEEE-GT e a Eletrosul para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado (licença de operação vigente).

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019 – A AGO de 15 de maio de 2020 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2019 descrito na nota explicativa nº 13 – Patrimônio Líquido.

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavirus;
- o Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- o Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- o Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- o Cancelamento de participação em eventos;
- o Vacinação contra a gripe influenza.
- o Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup)
- o Realização somente de intervenções com recursos locais.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativos circulantes							
Equivalentes de caixa		1.487		1.487	66	-	66
Títulos e valores mobiliários		8.174		8.174	12.883	-	12.883
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.488		4.488	5.003	-	5.003
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	22.379	22.379	-	30.760	30.760
Impostos e contribuições sociais		85		85	78	-	78
Outras contas a receber		206		206	319	-	319
Total dos ativos circulantes		14.440	22.379	36.819	18.349	30.760	49.109
Ativos não circulantes							
Depósitos vinculados					-	-	-
Depósitos judiciais		287		287	414		414
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		264		264	264		264
Impostos e contribuições sociais		-	-	-	25		25
Ativo de contrato de concessão	(i)		95.275	95.275	-	103.388	103.388
Outras contas a receber		102	-	102	70		70
Imobilizado	(iv)	105.871	(105.871)	-	109.849	(109.849)	-
Intangível	(iv)	1.885	(1.883)	2	1.845	(1.842)	3
Total dos ativos não circulantes		108.409	(12.479)	95.930	112.467	(8.303)	104.164
Total dos ativos		122.849	9.900	132.749	130.816	22.457	153.273

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		1.373	-	1.373	2.103	-	2.103
Empréstimos e financiamentos		5.849	-	5.849	4.609	-	4.609
Debêntures		-	-	-	10.035	-	10.035
Impostos e contribuições sociais		5.219	-	5.219	5.291	-	5.291
Taxas regulamentares		1.759	-	1.759	1.632	-	1.632
Dividendos a pagar		132	-	132	176	-	176
Outras contas a pagar		340	-	340	871	-	871
Total dos passivos circulantes		14.672	-	14.672	24.717	-	24.717
Passivos não circulantes							
Empréstimos e financiamentos		11.621	-	11.621	17.155	-	17.155
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	15.203	1.483	16.686	10.728	5.518	16.246
Provisões Para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		364	-	364	552	-	552
Obrigações especiais		3.273	(3.273)	-	3.273	(3.273)	-
Tributos diferidos	(iii)	-	5.647	5.647	-	6.335	6.335
Outras contas a pagar		896	-	896	1.019	-	1.019
Total dos passivos não circulantes		31.357	3.857	35.214	32.727	8.580	41.307
Patrimônio líquido							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		13.073	-	13.073	17.459	-	17.459
Prejuízos acumulados		(6.043)	6.043	-	(13.877)	13.877	-
Total do patrimônio líquido	(v)	76.820	6.043	82.863	73.372	13.877	87.249
Total dos passivos e do patrimônio líquido		122.849	9.900	132.749	130.816	22.457	153.273

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício		2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
	<u>Nota explicativa</u>						
Disponibilização do sistema de transmissão		50.102	(50.102)	-	47.147	(47.147)	-
Operação e manutenção		-	12.220	12.220	-	12.204	12.204
Construção e indenização		-	3.059	3.059	-	9.532	9.532
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	13.080	13.080	-	12.858	12.858
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	(174)	(174)	-	9.464	9.464
Parcela variável		(326)		(326)	(233)	-	(233)
Outras receitas		-	5.423	5.423	-	4.931	4.931
Receita bruta	(vi)	49.776	(16.494)	33.282	46.914	1.842	48.756
PIS e COFINS Corrente		(2.035)	-	(2.035)	(1.875)	-	(1.875)
PIS e COFINS Diferido		-	688	688	-	(467)	(467)
Quota para RGR, P&D e TFSEE		(2.053)	-	(2.053)	(1.809)	-	(1.809)
Tributos e encargos	(vii)	(4.088)	688	(3.400)	(3.684)	(467)	(4.151)
Receita operacional líquida		45.688	(15.806)	29.882	43.230	1.375	44.605
Pessoal		(23)	-	(23)			
Material		(32)	(660)	(692)	(65)	(9.353)	(9.418)
Serviços de terceiros		(5.662)	-	(5.662)	(5.049)	-	(5.049)
Depreciação e amortização		(4.597)	4.597	-	(4.274)	4.274	-
Outros custos operacionais		128	-	128	191	-	191
Custos operacionais	(viii)	(10.186)	3.937	(6.249)	(9.197)	(5.079)	(14.276)
Pessoal		(95)	-	(95)	(82)	-	(82)
Serviços de terceiros		(1.158)	-	(1.158)	(1.219)	-	(1.219)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Despesas operacionais líquidas		(59)	-	(59)	(167)	-	(167)
Despesas operacionais		(1.313)	-	(1.313)	(1.469)	-	(1.469)
Resultado da atividade		34.189	(11.869)	22.320	32.564	(3.704)	28.860
Receitas financeiras		594	-	594	723	-	723
Despesas financeiras		(2.935)	-	(2.935)	(2.891)	-	(2.891)
Despesas financeiras líquidas		(2.341)	-	(2.341)	(2.168)	-	(2.168)
Resultado antes dos impostos e contribuições		31.848	(11.869)	19.979	30.396	(3.704)	26.692
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(10.809)	4.035	(6.774)	(10.316)	1.259	(9.057)
Lucro líquido do exercício	(x)	21.039	(7.834)	13.205	20.080	(2.445)	17.635



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida com base no índice de correção definido no contrato de concessão assinado com o Poder Concedente, Índice Geral Preços de Mercado – IGP-M, a partir da entrada em operação do empreendimento.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido societário	82.863	87.249
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(117.654)	(134.148)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	107.754	111.691
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	1.483	5.518
Tributos diferidos (CPC 47)	5.647	6.335
Obrigações especiais (CPC 47)	(3.273)	(3.273)
Patrimônio líquido regulatório	<u>76.820</u>	<u>73.372</u>

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, remuneração do ativo financeiro de concessão e correção monetária do ativo financeiro de concessão, quando



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

aplicável, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2019	2018
Lucro societário do exercício	13.205	17.635
Receita bruta (CPC 47)	16.494	(1.842)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(688)	467
Depreciação e amortização (CPC 47)	(4.598)	(4.274)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	661	9.353
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(4.035)	(1.259)
Lucro regulatório do exercício	21.039	20.080

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Marcelo Dias Loichate	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Cargo vago (CEEE-GT)	Vagner Rinaldi (CEEE-GT)
Marcelo Dias Loichate (DME)	Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49